



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A6 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju  
terça-feira • 22 de março de 2016

# Saúde tem 30 dias para decidir sobre gestão plena

## Secretário explicou em audiência que o atraso nos repasses ao Hospital Cirurgia é também responsabilidade do Estado

**O**s Ministérios Públicos Estadual (MPE) e Federal (MPF) realizaram na manhã de ontem, 21, a última audiência com o Hospital de Cirurgia e as Secretarias Municipal (SMS) e Estadual de Saúde (SES), para tratar da desassistência à população e da dívida existente pela prestação do serviço. De acordo com os promotores, essa foi a última reunião para tratar do assunto extrajudicialmente. Foi sugerido ao município de Aracaju abrir mão da gestão plena da saúde, já que a gestão municipal não tem conseguido arcar com o contrato com o Hospital Cirurgia.

A dívida do município de Aracaju com o Cirurgia é de R\$ 4,260 milhões, valor reconhecido pela SMS, porém o secretário de Saúde de Aracaju, Agnaldo Feitosa, afirma que parte dessa dívida é da SES. Segundo o hospital, por conta desta dívida compromissos não estão podendo ser honrados. O débito com a clínica que presta serviço, oncológicos é de R\$ 1 milhão, situação que acarretou na suspensão da quimioterapia há dois meses. Também foi informado que houve a redução do número de cirurgias devido à falta de material.

O secretário Agnaldo Feitosa afirma que essa crise que vem ocorrendo no Hospital de Cirurgia não é provocada pelo município de Aracaju, e sim por problemas na gestão. "O Cirurgia tem um problema crônico, não foi a Prefeitura que provocou o problema da oncologia, porque não são três parcelas de R\$ 550 mil que causaram isso. Vamos nos reunir com o secretário de finanças e com o prefeito e até a quarta-feira enviaremos o calendário de pagamento dessas parcelas que estão em atraso. O mais importante é que a gente possa dar uma diretriz nesse problema", diz.

O secretário da SMS afirma que a dívida do município com o Hospital é de R\$ 1,3 milhão e o Estado deve R\$ 2,6 milhões ao Hospital e sem o repasse da SES, não tem como arcar com esse débito. "A parte do Estado corresponde a 60% a 65% dessa dívida, nós estamos com 35% a 40% da dívida. O Estado reconhece que não fez os repasses para a Prefeitura, e se comprometeu a fazer. O Estado deve duas parcelas de R\$ 1,3 milhão e nós devemos ao todo R\$ 1,3 milhão, somando dá R\$4,2 milhões. Se o Estado não fizer o repasse não temos como pagar", aponta Agnaldo.

O secretário da SES, José



Secretários da Saúde se reuniram no MPE na manhã de ontem, para discutir a situação do Cirurgia

Sobral, rebate a afirmação do gestor municipal e afirma que a dívida com o Cirurgia é do município de Aracaju e não do Estado. "A relação contratual com o hospital é com o município de Aracaju, é quem paga, a responsabilidade do pagamento é total da prefeitura de Aracaju. O Estado cofinancia diversas ações, e para ajudar cofinancia também o Hospital de Cirurgia. A Prefeitura entrou com uma ação e tirou do teto do Estado 3,4 milhões, com essa perda tivemos atraso no pagamento do cofinanciamento, mas esse semana isso estará resolvido", assegura. Para o Ministério Público

Estadual o município fica dependente da verba do Estado, mas ele tem que arcar seu contrato com o hospital, independente dos repasses dos entes federal ou estadual. "O município contrata o Hospital Cirurgia, mas mantém esse contrato recebendo verba do Governo Federal, Governo Estadual e verbas próprias, apesar do contratante ser o Município e ele depender de verbas de outros entes, então quando o Estado atrasa o repasse para o Município, ele deixa de repassar para o Hospital de Cirurgia. Em nossa opinião, como o Município é contratante, ele que

pague o valor total e cobre do Estado o atraso para não parar o hospital como está parando", ressalta Antônio Forte, promotor de justiça.

Segundo o MPF, essa foi a última reunião extrajudicial e de agora em diante o Poder Judiciário irá interferir nesse âmbito. "Nós encerramos uma fase que é a fase do diálogo extrajudicial, este se encerrou nesta data. Os Ministérios Públicos Estadual e Federal informaram hoje que não irão mais se reunir extrajudicialmente para tratar dessa questão, se precisar de novos diálogos eles terão que ocorrer perante a Justiça Federal e Estadual. Foram mais de 50 reuniões extrajudiciais, foi criada uma cogestão e não vimos resultados concretos e efetivos, mais de ano se passou e a situação continua a mesma. Colocamos um ponto final", enfatiza Ramiro Rockenbach, procurador regional dos direitos do cidadão do MPF/SE.

### • Gestão plena

Durante a audiência os Ministérios Públicos sugeriram que o município de Aracaju, que alegou não ter recursos para pagar o Hospital de Cirurgia sem os repasses dos outros entes, abra mão da gestão plena da saúde do Município, pas-

sando essa responsabilidade para o Estado. Foi dado prazo de 30 dias para o Município se manifestar, porém, enquanto durar a situação atual, o município de Aracaju realizará os pagamentos, nos prazos contratuais, ao Cirurgia.

Também ficou acertado que mesmo que os outros entes cofinanciadores atrasem o pagamento, cabe ao Município de Aracaju fazer o repasse integral dos valores ao hospital e adotar as providências cabíveis para reaver eventuais créditos.

O secretário municipal explicou que abrir mão da gestão plena é uma decisão meramente política e que será discutida. "Temos que conversar politicamente se isso não é importante para o município, mas se tiver criando tantos problemas, vamos conversar e avaliar. Temos 30 dias para reunir o grupo político para vermos se é importante sermos o contratante que é uma relação tripartite (União, Estado e Municipal), porque se assumimos a gestão plena é porque Aracaju tem a competência para fazer isso, se hoje não for mais importante para o grupo político fazer a contratação dos hospitais terceirizados para prestação do serviço, podemos abrir mão sim", finalizou.